



ENTRE O CLAMOR PUNITIVO E A CONSTITUIÇÃO: A REDUÇÃO DA MAIORIDADE PENAL COMO RETROCESSO SOCIAL

Autor(res)

Rogério Piccino Braga

Catarine Alessandra Piccioni Da Silva

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

UNOPAR / ANHANGUERA - BANDEIRANTES

Resumo

MATERIAL COMPLETO (E FORMATADO):

https://docs.google.com/document/d/1U-dKbLXwlvigPO8wHViKvsZbEUu8Rm3muPRr2_aaYAU/edit?usp=sharing

INTRODUÇÃO

Recorrente no cenário jurídico e político brasileiro, a polêmica discussão sobre redução da maioridade penal ressurge em meio a casos de repercussão nacional que expõem a situação da segurança pública no país, como a megaoperação das polícias Civil e Militar realizada em 28 de novembro de 2025 na zona norte do Rio de Janeiro (RJ) (RAMMOS, 2025; BEHNKE e SALOMÃO, 2025).

De acordo com o governo fluminense, o objetivo da operação “Contenção”, considerada a mais letal da história do estado, era combater a expansão territorial do Comando Vermelho (CV) e cumprir mandados de prisão contra integrantes e lideranças da organização criminosa. Entre os 117 suspeitos mortos, ao menos dois menores de idade: um tinha 17 anos e o outro, 14 anos – ambos supostamente envolvidos com o tráfico de drogas (SOUZA, 2025; EXTRA ONLINE, 2025).

Episódios como a operação policial no Rio e o noticiário sobre o dia a dia reforçam a ideia de que a diminuição da idade penal mínima seria uma das soluções para o problema da violência. Pesquisas como a que indica o apoio de mais de 65% das pessoas à medida (IPSOS, 2025) estimulam os legisladores a atender ao clamor público, ainda que sob os riscos de utilização do direito penal de forma desvirtuada e de produção de algo meramente simbólico, com pouca ou nenhuma eficácia prática (GOMES e BIANCHINI, 2007).

Sob uma abordagem qualitativa, o presente estudo busca contribuir, com base em pesquisa bibliográfica e documental, para a análise das propostas de revisão da idade legal de imputabilidade penal, considerando os direitos fundamentais e o princípio da vedação ao retrocesso social.

1 A JUSTIFICATIVA QUE RESISTE AO TEMPO



2 MENORIDADE PENAL: "MERO DIREITO"

3 RETROCESSO SOCIAL

CONSIDERAÇÕES FINAIS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS...